

ESQUERDAS EM MOVIMENTO:

A DISPUTA ENTRE PCB E PT
NO SINDICALISMO BRASILEIRO
DOS ANOS 1970/1980

Marco Aurélio Santana¹

O final dos anos 1970 vai encontrar o regime militar implantado em 1964 repensando suas estratégias. O esgotamento do “milagre brasileiro” – catapultado pela alta internacional dos preços do petróleo –, no plano econômico, e as sucessivas derrotas eleitorais – com destaque para a de 1974 –, impuseram à ditadura um momento de inflexão e de alteração de rota. Vencida a luta armada, ainda que os resquícios da máquina repressiva fiquem expostos em ações que provocaram mortes e desaparecimentos, o governo militar, a partir de 1974, com a chegada do general Ernesto Geisel à presidência, propõe-se a estratégia da abertura política. Este processo, garantindo a sobrevivência do regime, se daria de forma lenta e gradual.

Mas a ascensão do movimento dos trabalhadores viria a trazer mais complexidade ao quadro. Como um elemento

surpresa, eles irromperam à cena e estremececeram os arranjos que se pensava sem eles.

Quando do reaparecimento do movimento sindical a céu aberto em fins dos anos 1970, os grupos militantes em seu seio travarão intensa disputa no sentido das orientações daquele movimento. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) ainda mantinha certa importância no âmbito do sindicalismo, como já era tradicional. O fato é que “novos atores” surgem no cenário e propondo práticas combativas, marcadas pelo enfrentamento, ameaçam a soberania do já então Partidão, enquanto senhor supremo da representação da esquerda e dos trabalhadores.

Esses novos atores, vinculados aos movimentos sindical e popular, rapidamente evoluirão no sentido da construção de um instrumento político que os unifique e represente, aquilo que seria um Partido dos Trabalhadores (PT). Sem desmerecer a importância de outros grupos políticos então existentes e atuantes, serão esses dois partidos que travarão na virada entre os anos 1970 e 1980 a grande disputa por corações e mentes no sindicalismo nacional.

O presente artigo busca analisar a movimentação desses atores políticos naquela conjuntura, tendo como foco a atuação dos mesmos no interior do sindicalismo. Pode-se dizer que, em grande medida, o destino dos dois partidos no mundo da grande política daquela conjuntura se relacionava diretamente com seus avanços e retrocessos no mundo sindical. Indicaremos também que, em muito, a divisão entre os dois no sindicalismo tinha relação mais estreita com suas linhas políticas gerais e com sua disputa pela hegemonia da esquerda do que propriamente com distinções sindicais de fundo².

Prenúncios

Após o golpe civil-militar de 1964, o sindicalismo brasileiro foi duramente atingido, assim como as organizações de esquerda que nele atuavam. A prisão de nomes importantes, a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas, desbaratara atividades que levariam bastante tempo para ser recompostas. Em termos do movimento operário, o que restou, como tradicionalmente restava em períodos como este, foi o trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica. Era preciso recompor forças e somar esforços. Esse trabalho deu frutos relevantes, mantendo, ainda que em fogo brando, o movimento dos trabalhadores. Assim, além das valorosas e mais visíveis mobilizações nas greves de Contagem e de Osasco, em 1968³, foram numerosas aquelas paralisações, greves etc. que, embora não chegassem ao grande público, demonstravam a insatisfação dos trabalhadores. Além disso, não se deve desprezar o avanço lento, mas consistente, de setores progressistas no interior

da estrutura sindical oficial. Todo esse quadro de atuações, ao longo dos anos 1960 e 1970, ia preparando o terreno para o ressurgimento do movimento dos trabalhadores.

As greves iniciadas no ABC paulista em 1978 podem ser vinculadas não só ao movimento de resistência geral da classe trabalhadora brasileira, no período da ditadura, mas também às iniciativas e aos impactos desta resistência no próprio ABC. Como assinala Antunes, “Maio de 1978 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década”⁴. Os vínculos da mobilização grevista alcançaram também as tentativas do Sindicato dos Metalúrgicos que, já de algum tempo, apesar dos limites impostos, vinha tentando ao menos refrear o arrocho salarial e o aumento da exploração no trabalho. Em 1974, ainda sob a presidência de Paulo Vidal, o sindicato organizou o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Este encontro definiu as futuras orientações do órgão em termos da liberdade e autonomia sindicais, por uma lei básica do trabalho que contemplasse os seus direitos fundamentais e pela contratação coletiva de trabalho.

É com este tipo de definição que Luiz Inácio da Silva, o Lula, que já vinha participando da direção da entidade – trazido para o sindicato por seu irmão Frei Chico, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) –, chega à presidência do sindicato em 1975. De certa forma, os procedimentos em termos de campanhas salariais não se alterariam nos anos seguintes. Apesar de algumas conquistas no varejo, no atacado ocorria uma relativa mobilização e a validação dos índices oficiais. O quadro em 1977 seria o mesmo, com o agravante de que as empresas empreenderam um elevado número de demissões.

Outro fator determinante foi a denúncia de que o regime militar maquiara em 1973 e 1974 os índices de inflação, mascarando o verdadeiro índice do custo de vida⁵. Isto levou a que os trabalhadores fossem penalizados em 34,1%. O sindicato deu início a uma campanha pela reposição salarial em busca daquilo que lhes havia sido, de forma espúria, retirado. Ainda que experimentasse o pouco interesse dos patrões e do governo no sentido da reposição, esta campanha será muito importante no quadro das mobilizações futuras.

As greves do ABC e um movimento em alta

A campanha salarial de 1978 terminou como as anteriores, homologando-se os índices oficiais. Porém, o sindicato tinha como estratégia desmascarar todo o processo. Por isso o sindicato se recusou à negociação tutelada pela Justiça do Trabalho, abrindo mão de sua participação no dissídio.

A política do sindicato era, então, desmascarar a falácia de participação gerada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação dos trabalhadores. O sindicato que, ao longo da campanha de reposição que precedeu a campanha salarial, já vinha batendo na tecla do roubo efetuado pelo governo, preparava o caminho para uma desilusão ainda maior ao fim desta campanha.

Em fins de março, os trabalhadores da Mercedes-Benz já haviam paralisado o trabalho por não terem recebido o aumento que a empresa costumava conceder. O desenvolvimento da paralisação em vários setores da fábrica levou à demissão de 17 operários, fazendo o movimento refluir. A própria postura da empresa posteriormente indicava certa alteração nos padrões de negociação. O endurecimento era sensível.

Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve. O movimento se estabeleceu por quatro dias, findos os quais a diretoria do sindicato arrancou um acordo “de boca” da direção da empresa, acordo que, depois de pressionada pelos outros setores da indústria automobilística, a Scania não cumpriu, trocando os 20% das reivindicações por parcos 6,5%. Nova mobilização foi tentada, no entanto, mediante as práticas repressivas da empresa não se efetivou.

Mas as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC paulista. No dia 15 de maio pára a Ford, e no dia 16, a Volkswagen. Apesar da posição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de considerar as greves ilegais, isto foi o início de uma onda mobilizatória que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greve e com duração diversa, que acabou por atingir outros municípios como Osasco e São Paulo. A mobilização chegou também a outros setores da economia⁶.

Sem sombra de dúvida, este movimento significou um passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro na cena política mais geral. Em uma entrevista à revista *Visão*, em 3 de abril de 1978, antes da greve, Lula dizia que “o caminho ficou muito tempo fechado, o mato cresceu e está impedindo os trilhos. Agora, estamos apenas cortando o mato desobstruindo a linha”⁷.

O fato é que, de uma só vez, os trabalhadores colocavam em xeque tanto a política salarial como a política antigreve do governo, chocando-se com o conjunto da política de arrocho empreendida de longa data pela ditadura militar.

A posição do PCB acerca desta greve e de outros movimentos que se espalhavam pelo país se desdobrou no plano sindical e no plano político geral. No sindical, a perspectiva comunista era de uma análise positiva da greve, devendo-se evitar, contudo, o triunfalismo, evitando-se cair no que seriam erros do passado. Acerca do plano político mais geral, a política comunista pode ser

aferida na Declaração do Comitê Central do PCB sobre o movimento sindical, publicada no *Voz Operária* n. 152, de novembro de 1978⁸. Neste documento, o partido avalia que o regime apresentava crescente debilitamento, explicitado pelo ascenso do movimento popular em busca de seus direitos. Assim, estes movimentos e as lutas operárias teriam aberto uma primeira brecha em uma área das mais sensíveis do sistema, isto é, sua política salarial antiope-rária, base da política econômica do regime. Segundo o partido, o avanço do movimento operário teria lançado a luta pela democracia em outro patamar.

Seguindo as indicações mais amplas do PCB, o documento vai realçar a preocupação das articulações necessárias entre as lutas operárias e as lutas mais gerais pela democracia. No texto, esse é uma condição primordial para a efetiva participação e influência do operariado na vida política do país.

O PCB indicava que não se deveria abrir mão de outros objetivos como: a mudança da estrutura sindical para libertar as entidades sindicais da tutela do Ministério do Trabalho, assegurar a livre organização sindical dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, até a conquista de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na tentativa de se credenciar novamente como liderança política do movimento dos trabalhadores, neste momento de reflorescimento geral do sindicalismo, o PCB vai assinalar que

para superar a exploração e a opressão capitalista, não basta que os trabalhadores se organizem sindicalmente. Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente (...). Os comunistas procuram, por isso, demonstrar aos trabalhadores a justeza de sua concepção de luta operária e sindical.⁹

O ano de 1979 veria se desenvolver a participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento se desdobrara, espalhara e atingira diversas categorias e diversos estados, entre os quais Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Mas é novamente no ABC paulista, entre os metalúrgicos, que a mobilização vai transcender os limites impostos e colocar a luta dos trabalhadores e a luta pela democratização do país em outro patamar.

A campanha salarial dos metalúrgicos do ABC trazia elementos novos. Além do reajuste salarial, era reivindicada também a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas. Diante da preparação da mobilização pelos trabalhadores, os empresários começam a solicitar medidas punitivas por parte do governo em caso de greve. Esta mesma classe empresarial, acostumada à intransigência e ao acobertamento por parte do Estado, dava sinais de que viria mais preparada para o embate. A partir

do dia 12 de março de 1979, mais de 50 mil trabalhadores metalúrgicos decidiram entrar em greve e paralisar o trabalho. Esta paralisação se deu em pleno processo de passagem do poder militar de Ernesto Geisel para João Figueiredo.

No dia 13 de março grandes empresas como a Ford e a Volks já amanheceram paralisadas. No segundo dia de paralisação, ela já se estendera ao interior do estado e era considerada ilegal. Apesar disso, os trabalhadores continuam com sua disposição de luta. Em seu quarto dia, a greve já conta com cerca de 170 mil trabalhadores paralisados em todo o ABC, demonstrando todo o fôlego do movimento.

Já contando dez dias de paralisação, o Ministério do Trabalho tenta intervir no processo, apresentando uma proposta de conciliação que indicava a criação de uma comissão tripartite para estudar o reajuste em um prazo de 45 dias, a não demissão dos grevistas e o pagamento das horas paradas a serem descontadas mais tarde com parcelamento.

Tal proposta foi repudiada por 80 mil metalúrgicos de São Bernardo no Estádio de Vila Euclides, 30 mil em Santo André e 6 mil em São Caetano, em suas respectivas assembleias. A resposta do Ministério do Trabalho não se fez esperar. No dia 23 de março foi decretada a intervenção nos sindicatos. Os momentos que se seguiram à intervenção foram marcados por muita tensão. Por diversas vezes, a massa de trabalhadores quase partiu para o enfrentamento com as forças policiais em praça pública. Com seus espaços fechados, os trabalhadores passam a se utilizar da Igreja Matriz para os encontros da liderança sindical e da comissão de salários.

O fato é que a intervenção ao mesmo tempo em que serviu de elemento radicalizador da massa, ao invés de pacificá-lo, serviu também para deixar o movimento acéfalo. Embora Lula tenha dito que, em caso de intervenção, a comissão de salários assumiria o papel da direção, o mesmo não foi um processo tranqüilo e factível.

Após conversa e pressões de líderes sindicais (Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e membro do PCB, por exemplo) e personagens públicas (Lélia Abramo, atriz, por exemplo), Lula e a direção resolvem reassumir a greve. O movimento já apresentava certo sinal de refluxo. Na terça feira, dia 27 de março, em assembleia, seguindo avaliação do comando de greve, os trabalhadores aceitam um acordo com o patronato, que estabelecia o prazo de 45 dias para novas negociações em busca do índice satisfatório, findo o qual os metalúrgicos entrariam em greve mais uma vez. Ainda que com alguma resistência na assembleia, a proposta foi aceita majoritariamente.

Com o retorno a certa normalização, o sindicato passava à retomada de suas atividades. Segundo Lula, era uma verdadeira operação de guerra na qual os militantes sindicais intensificaram seu trabalho de porta de fábrica e de panfletagem.

A lógica intransigente da ação patronal só seria quebrada quando, no 1º de maio, 130 mil trabalhadores reiteraram sua posição e indicam a deflagração de nova greve como fato iminente. No dia 12 de maio o sindicato celebrou um acordo com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que foi referendado no dia 13 de maio por uma assembléia de trabalhadores. Conforme assinala Humphrey,

A greve não foi um êxito total para os operários. Os três sindicatos se viram muito próximos de uma séria derrota e forçados a aceitar uma solução de compromisso (...). A greve foi, entretanto, uma séria derrota para os patrões e o Estado. Em vez de pôr fim à greve com a intervenção (...) o Estado se viu forçado a reconhecer os líderes depostos como legítimos representantes dos operários.¹⁰

Antes do fim da greve, setores de esquerda começam a análise acerca dos limites e possibilidades da mobilização dos trabalhadores. No caso do PCB a postura era: a luta contra o arrocho, pilar da política econômica da ditadura militar, teria centralidade. O restante, sem inserção na massa, deveria vir com a luta e a consolidação da democratização. Aqui, fica indicado um dos pontos que, em breve, distanciarão grandemente os comunistas destes novos atores. Este tipo de etapismo propugnado pelo PCB o empurrava contra certas demandas e propostas em debate no movimento sindical. Outro dado de relevo é que algumas propostas, defendidas por outros setores e não encampadas pelo partido em certas conjunturas, são sempre caracterizadas como político-partidárias.

Além disso, pode-se sentir que sutilmente os comunistas vão mudando o tom acerca das greves e de seus líderes. Se em 1978, o tom era de muito mais apoio e percepção de possibilidades, agora, já se sentem críticas a determinadas posturas e o receio de que as possibilidades fossem de resultados negativos, tanto para os trabalhadores como para a sociedade em sua busca por democratização. Este tipo de posição do partido se acirrará em movimentos futuros, na medida em que ele tinha ligação, também, com a consolidação de um bloco alternativo às posturas do PCB.

O fato é que a greve dos metalúrgicos abriu as portas para outras formas de mobilização, seja em solidariedade à paralisação dos metalúrgicos, seja em busca de reivindicações particulares. Como havia feito no ABC, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, proferiu golpes nas entidades sindicais mais combativas, seguindo-se uma onda de intervenções. Nesta lista estariam o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dirigido por Olívio Dutra, e o Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, dirigido por Jacó Bittar.

Em 1980, como já ocorrera nos anos anteriores, os metalúrgicos do ABC paulista iniciavam nova mobilização em campanha salarial que resultou em uma greve que atravessou os meses de abril e maio.

Aos percentuais de aumento salarial se integrariam outras reivindicações como: a da garantia no emprego, a do salário profissional, a conquista do delegado sindical, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial, e o controle das chefias pelos trabalhadores. Como já esperado, as contrapropostas vieram bem abaixo do solicitado.

No dia 30 de março os metalúrgicos do ABC decidem paralisar suas atividades a partir do dia seguinte, 1º de abril de 1980. Já neste dia, em São Bernardo, a greve contava com a adesão de 90% da categoria. Neste mesmo primeiro dia, o TRT julgou-se incapaz de decidir sobre a legalidade ou não da greve e elaborou uma proposta alternativa, que não contemplava o interesse dos trabalhadores em greve.

Esta proposta fez com que alguns sindicatos do interior aceitassem o estabelecido e acabassem com a greve. Quanto aos metalúrgicos do ABC, ainda que reconhecendo certa vitória, não aceitaram os termos estabelecidos e deram continuidade a seu movimento ainda com 90% de adesão.

Apesar da saída dos metalúrgicos de Santo André e São Caetano no oitavo dia de greve, a empresa Termodinâmica, cedendo à negociação, dava indícios de que o desfecho poderia estar próximo. Mas não estava. Um segundo julgamento do TRT invalidou as decisões do primeiro e decretou a ilegalidade da greve. Assim, tudo o que o regime e o capital queriam foi conseguido. Com a ilegalidade da greve decretada, já havia respaldo legal para as ações repressivas que se sucederam.

No dia 17 de abril de 1980, o governo intervém nos sindicatos de São Bernardo do Campo e de Santo André. O ministro do Trabalho Murilo Macedo contabilizava mais uma intervenção em sua lista. Desta vez, não se conteve com a intervenção e a cassação das lideranças do movimento. Os líderes grevistas e outras personalidades representantes de associações liberais foram presos. Os metalúrgicos haviam se preparado bastante, em termos de estruturação, em caso da quase certa intervenção. Com os primeiros ataques do governo, as estruturas de apoio desenvolvidas começam a desempenhar seus papéis.

O governo e os empresários jogavam uma cartada alta, à medida que o sucesso deste movimento traria um incremento do movimento sindical, já sentido a partir de 1978 e 1979. Assim, era preciso demonstrar quem tinha as cartas e quem controlava o jogo.

Os metalúrgicos sem seu sindicato, e como haviam programado, se reúnem no Estádio de Vila Euclides e no Paço Municipal em São Bernardo e no Estádio da Vila Jaçatuba em Santo André, ou, com as proibições de as-

sembléias pelo governo, na Igreja Matriz e nos bairros. Entrando na terceira semana de greve, os metalúrgicos tentam manter o ímpeto do movimento. A esta altura já haviam adicionado às reivindicações anteriores a exigência da libertação dos presos e do fim da intervenção nos órgãos de classe.

O governo endurecia, enxugando os espaços possíveis de reunião, restritos aos espaços internos da Igreja. Os empresários, por seu turno, reforçavam as práticas repressivas e de persuasão. Os confrontos entre operários e tropas policiais não eram raros nesse cenário. Já se podia perceber um movimento de retorno esparso ao trabalho. Ainda assim, o 1º de maio de 1980, que reuniu mais de 100 mil metalúrgicos, retomando o Estádio de Vila Euclides, dava novos ânimos ao movimento. Mas o refluxo do movimento começava a ser sentido. Logo no início de maio, os metalúrgicos de Santo André decidiram voltar ao trabalho e encerrar o movimento.

Já apresentando sinal de desgaste, os metalúrgicos do ABC põem fim ao seu movimento grevista que durou 41 dias. Lula e outras lideranças permaneceram presos por mais alguns dias, quando um recurso apresentado pelo advogado do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) conseguiu o relaxamento da prisão preventiva. Os sindicalistas foram processados com base na draconiana Lei de Segurança Nacional (LSN), em julgamento por tribunal militar que se realizaria no início de 1981.

A greve dos metalúrgicos do ABC, em 1980, apresentou de forma clara não só as disposições do governo e dos empresários, mas, sobretudo, as limitações e restrições a que se submetia o movimento operário e sindical brasileiro. Mais ainda, abriu uma clara distinção na lógica de ação dos diversos grupos que militavam no movimento; distinção que informará a atuação e a relação desses grupos ao longo de toda a década de 1980.

Pode-se dizer que, a partir de 1978, temos um dos marcos do início de um processo de rearranjo entre as forças atuantes no movimento sindical. No V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), um grupo de sindicalistas, que incluía desde os novos atores até os militantes do PCB, se diferenciava dos pelegos na medida em que propunha uma ação mais combativa para os sindicatos¹¹. Estes seriam chamados de Autênticos. Porém, com o caminhar do processo, neste mesmo bloco algumas distinções de posição se estabeleceriam.

Em 1979, nos diversos encontros sindicais, vão ficando claras as divergências acerca, entre outras coisas, da postura destes sindicalistas sobre a estrutura sindical e a forma de enfrentá-la. Em congressos como o dos metalúrgicos em Poços de Caldas (MG), ficavam evidentes as divisões. Daí a consolidação de outro bloco, autodenominado Unidade Sindical, que agregava, além de alguns sindicalistas que estiveram próximos dos Autênticos, setores

mais conservadores do movimento. Neste bloco também se integravam militantes de outros agrupamentos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Assim, os blocos se consolidavam. De um lado a Unidade Sindical, que incluía nomes como Arnaldo Gonçalves e Joaquim dos Santos Andrade; de outro, os chamados Autênticos, tendo à frente nomes como Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar. Além desses dois blocos, um terceiro grupo se apresentava correndo em via paralela: as Oposições Sindicais¹².

É em um quadro de redefinições como este que teremos posições diferentes acerca da greve dos metalúrgicos. As divergências da Unidade Sindical com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC podem ser sentidas ao longo de todo o movimento. Antunes¹³ (1988) indica a posição daquele grupo em termos da solidariedade à greve expressa, por exemplo, no jornal *Correio Sindical* (n. 9/10). O que se vê é uma crítica às direções divisionistas e o lembrete de que a campanha não era só do ABC. Lembremos que neste ano, como nos anteriores, os metalúrgicos do ABC, seguidos por outros sindicatos do interior, definiram-se por uma campanha autônoma àquela gerenciada pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Na análise do PCB, só a unidade garantiria o avanço da luta e abriria o caminho para a conquista da direção da Federação. Diferentemente da visão do PCB, era evidente que os metalúrgicos do ABC não estavam muito interessados, pelo menos naquele momento, em disputar a direção da Federação com os setores pelegos.

Outro exemplo de divergência se deu nas diferentes posturas com relação ao apoio à greve. A Unidade Sindical resolveu elaborar um bônus próprio com o qual recolheria recursos a serem doados a São Bernardo. Com isto, vendia outros bônus que não os administrados pela organização do movimento. Isto gerou sérias críticas e até mesmo suspeitas. Em entrevista ao jornal *Em Tempo* (n. 107, jun. 1980), Lula, perguntado como analisaria a atuação da Unidade Sindical ao longo da greve afirmou que “eu acho que o setor que menos ajudou a gente foi o setor da Unidade Sindical. Os que mais ajudaram foram aqueles que racharam, que agiram paralelamente à Unidade Sindical”¹⁴.

Apesar das complicações geradas pela prática da Unidade Sindical, que incluía obviamente outros setores além do PCB, os comunistas, por meio de seu jornal *Voz da Unidade*, mesmo esposando perspectivas divergentes à direção do movimento, não deixaram de lhe dar apoio e cobertura. A greve tinha posição de destaque nas edições, e debates eram publicados acerca do movimento. Observando-se as matérias, pode-se perceber que o eixo era o de apoio à mobilização, a indicação da necessidade de uma saída negociada e a crítica ao regime. O partido não deixava de indicar, contudo, algumas limitações que norteavam as lideranças do ABC.

O partido deixava clara a importância central do movimento democrático, que poderia ser derrotado com a greve. Daí, apoiar a greve e impedir que uma derrota massiva se estendesse até o movimento democrático. Assim, mais uma vez o partido indicava sua posição de centralidade da linha geral. A greve era importante porque auxiliaria em um possível avanço contra o regime. Porém, era necessário ser cauteloso, na medida em que uma derrota séria poderia comprometer o avanço geral. Neste sentido, era preciso saber controlar as propostas perigosas, que poderiam colocar tudo a perder.

Assim, pelo menos em termos de seus quadros dirigentes e de suas publicações, os comunistas darão apoio à greve, mesmo avaliando que após a definição do índice de reajuste pelo TRT teria sido mais efetivo sair da greve, à medida que a continuidade do movimento escaparia do espectro meramente sindical e passaria a ser, como foi, uma queda de braço com o governo e os patrões.

Tendo este tipo de leitura em primeiro plano, baseando-se sempre nas linhas de orientação geral do partido, os comunistas acabaram por afastar-se do que, naquele momento, seria o pólo mais dinâmico do movimento sindical. Com esta lógica de ação e de alianças, o PCB vai marchando para um enfrentamento maior com as forças emergentes no cenário político e sindical. Se no passado, apesar de suas propostas de unidade, o partido sempre se pautou pelo embate e pela disputa de posições com os pelegos, neste novo quadro – experimentando agora a existência de um grupo que lhe pressionava à esquerda, um grupo nada desprezível ou distante das bases – o PCB se lançava para uma posição de maior identidade com os setores conservadores.

Divergências e disputas na rearticulação nacional

As tensões existentes entre as análises e avaliações dos comunistas e aquelas dos setores que se identificam com o PT vão atingir seu ponto de maior desenvolvimento a partir da greve do ABC de 1980. Se no período do surgimento da idéia de um Partido dos Trabalhadores, o entrechoque de posições já se dava, ainda que de forma tênue, com a materialização e a consolidação da idéia, o processo sofrerá maior acirramento.

De certa forma, é em meados dos anos 1970 que forças já atuantes no movimento operário começam a se redefinir e compor novos blocos que estarão à frente dos acontecimentos na década vindoura. É nesse período que alguns dos atores já citados anteriormente vão se articulando e definindo melhor seu espectro de ação.

Como bem assinalam Rodrigues e Zanetti¹⁵, tentar separar o grupo dos Autênticos daquele da Unidade Sindical só tem sentido em um momento mais

avançado na conjuntura. Até pelo menos a realização do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), os dois grupos se reuniam nos mesmos conclaves apesar das diferenças de postura.

Como já indicamos, a ação do grupo de sindicalistas caracterizado de Autêntico pode ser verificada em termos de sua aparição em congressos oficiais de trabalhadores, em julho de 1978, no V Congresso da CNTI. Mas se, de certa forma, neste bloco podíamos integrar militantes do PCB, as divergências destes com os outros integrantes do grupo não tardaram a surgir. Em sucessivos encontros sindicais, vão ficando claras as distintas posições entre os grupos militantes¹⁶.

Foi no Congresso dos Metalúrgicos de Poços de Caldas (1979) que estas divergências definiram dois blocos distintos. No geral, as distinções tinham que ver com as concepções sindicais, em termos da estrutura corporativa oficial, e no que toca à participação das Oposições Sindicais. Ainda que oriundos dela e agindo em seu interior, os Autênticos partiam de uma crítica radical à estrutura sindical, propunham sua alteração, defendiam uma ampliação da participação das Oposições Sindicais no interior do movimento, tudo isso se somando a uma visão de sindicalismo muito mais atuante e combativo. No caso da Unidade Sindical – tendo em vista a participação de pelegos em seus quadros, pouco afeitos à democratização sindical, além de posições como as do PCB, contrárias aos movimentos muito audaciosos que pudessem desestabilizar o processo de democratização em marcha e que buscava se afastar de posturas aventureiras como aquelas assumidas pelas Oposições Sindicais –, este grupo não concordava com as propostas defendidas pelos Autênticos.

A partir do encontro de Poços de Caldas, outros encontros sindicais, oficiais ou não, foram realizados e, ainda que organizados pelos diferentes setores, contaram com a participação dos membros da outra posição. Uma distinção efetiva, que caracterizava as concepções e proposições dos Autênticos e da Unidade Sindical, era o fato de que nos encontros promovidos pelo setor Autêntico, se estabelecia sempre a “presença de lideranças dos movimentos populares e agentes pastorais da igreja popular”¹⁷. Assim como restringiam os espaços às Oposições Sindicais, os setores ligados à Unidade Sindical, entre eles o PCB, entendiam que não se deveria conjugar em termos das articulações sindicais as forças dos movimentos sindical e popular. Os Autênticos, ainda que também vissem com certa restrição algumas das ações das Oposições Sindicais, defendiam sua integração nos debates e nas definições acerca dos destinos do movimento dos trabalhadores. O mesmo acontecendo com os setores envolvidos nas lutas do movimento popular. Como bem indicou Rodrigues, esta visão defendia que “o sindicalismo deveria considerar-se como parte de outros movimentos populares”¹⁸. Tanto é assim que os Autênticos

caminham rapidamente para a consolidação de uma articulação entre setores dos dois movimentos, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anamos).

No caso das Oposições Sindicais, vamos perceber que elas também passavam por um momento de rápida redefinição em termos de suas propostas, no que diz respeito às ações para mudar a estrutura sindical oficial. Um dos marcos deste movimento na conjuntura foi o primeiro congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) que, sem sombra de dúvida, era o referencial central destas práticas no movimento sindical brasileiro. Realizado em abril de 1979, este congresso, com a participação de membros convidados de outras Oposições, traz como uma de suas importantes resoluções a proposição de um encontro nacional que congregue todas as experiências de oposição sindical no Brasil. A reunião preparatória em janeiro de 1980, organizada pela OSM-SP e que reuniu representantes de Oposições de dez estados brasileiros, deixou claras as divergências existentes no âmbito do movimento das Oposições. Um setor, representado pela OSM-SP, queria um congresso só de Oposições; um outro queria a aproximação com o setor Autêntico.

A visão mais ampla acabou vitoriosa, após longa discussão. A proposta, portanto, seria a de se organizar um encontro de Oposições e sindicalistas Autênticos: o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES)¹⁹.

Na verdade, a proposta do ENTOES acabou por sacramentar a ruptura entre os Autênticos e a Unidade Sindical. Com a maior aproximação de Autênticos e Oposições, e a postura assumida por setores da Unidade Sindical ao longo da greve do ABC em 1980 e as tensões daí decorrentes, uma nova configuração se deu no âmbito do movimento sindical brasileiro.

A efetivação do ENTOES, nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ), reforçou a idéia da falta de espaços para uma proposta que não integrava Autênticos e Oposições, bem como assinalou a possibilidade da constituição da Articulação (entre os dois blocos), que garantisse uma ação conjugada quando da realização da I Conferência das Classes Trabalhadoras (I Conclat) em 1981²⁰. Os passos da redefinição no interior do movimento sindical brasileiro iam se dando rapidamente.

A *Voz da Unidade* (edição de 12-18 set. 1980) traz uma matéria pela qual podemos identificar a posição esposada pelo PCB acerca do ENTOES. Sob o título “ENTOES pode dividir movimento sindical”, inserida sob o título geral de “Estrutura Sindical”, a matéria, baseando-se em pronunciamentos de Raimundo Rosas de Lima, membro da diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (Fetiasp), tecia duras críticas às orientações daquela articulação. Para Rosas de Lima, aquela articulação seria “entidade

paralela e pouco representativa, o ENTOES já realizou uma reunião em junho, em São Paulo, (...) marcada pela inexpressividade quantitativa e qualitativa de seus participantes e pela acirrada disputa miúda entre grupúsculos”.

Ainda que não possa usar o mesmo argumento da inexpressividade quando da segunda reunião, o jornal, ainda assim, insiste no fato de que, apesar dos 800 delegados envolvidos, o segundo encontro “caracterizou-se pela mesma dispersão e confusão do primeiro”. Rosas de Lima defende a posição de que “nenhum democrata brasileiro aceita e defende esta estrutura sindical que aí está”. Porém, em sua visão, uma coisa era combater “pela modificação desta estrutura”, e outra, bem diferente, “é montar uma entidade com organização e finalidade próprias para atuar à margem do movimento sindical existente”.

Segundo ele, era isto que estaria acontecendo nas práticas dos setores ligados ao ENTOES. Ao não indicar a positividade da unicidade sindical defendida pela estrutura oficial, o que aqueles setores queriam era, ainda que de forma escamoteada, conquistar o pluralismo sindical. Esta prática encontraria a resistência dos trabalhadores, que não aceitariam “se livrar da tutela do Estado para cair sob o domínio dos partidos políticos, dos patrões e das instituições religiosas”²¹.

As indicações oferecidas por Rosas de Lima podem ter certo lastro na realidade. No bojo das disputas políticas em curso, obviamente, as práticas sectárias de ambos os lados se tornavam cada vez mais freqüentes. Caracterizar a postura do ENTOES, pura e simplesmente, como sendo paralela é que não encontra fundamento nos fatos. Como já indicamos, a proposta do ENTOES surge na perspectiva de garantir a participação de sindicalistas atuantes no interior da estrutura sindical corporativa. Estes mesmos sindicalistas também pressionavam a articulação buscando trazer para seu interior posições crescentemente mais favoráveis à atuação por dentro de tal estrutura.

Um exemplo claro disso seria a entrevista de Olívio Dutra, então presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, ao jornal *Companheiro*²². Nesta entrevista podemos perceber ainda as tensões existentes entre o grupo de sindicalistas Autênticos e alguns setores das Oposições Sindicais. Fica patente também a posição assumida pelos Autênticos de combater tanto o que consideravam desvios no ENTOES como na Unidade Sindical. Nesse sentido, Dutra assinala que

Duas limitações devem ser vencidas – o estreitamento do espaço de articulação de algumas pessoas que não admitem no ENTOES a presença de dirigentes sindicais, e nivelando ao grau de pelegos direções sindicais desinformadas e as posturas atrasadas coexistentes dentro da Unidade Sindical, de que todo movimento de oposição é divisionista e não deve ser considerado.²³

Assim, se cotejarmos as posições assumidas pelos militantes do PCB e aqueles ligados ao chamado sindicalismo Autêntico – pelo menos no que diz respeito à priorização da manutenção do espaço sindical como esfera importante de luta e defesa dos interesses dos trabalhadores, criticando as posições paralelistas –, veremos que se identificam. Claro que, devido às leituras gerais dos dois grupos acerca da conjuntura, teremos conteúdos diferentes para formas semelhantes.

Porém, enquanto o PCB mergulhava cada vez mais profundamente na sua ligação com os setores mais conservadores, os Autênticos vão definindo sua atuação pela esquerda e, enfrentando o debate com setores mais radicais das Oposições Sindicais, buscam constituir um caminho alternativo àquele que os identificasse com os pelegos. Segundo suas próprias palavras, os Autênticos rejeitavam o paralelismo defendido por setores das Oposições Sindicais, mas também negavam o elitismo e a passividade da Unidade Sindical. As palavras de Dutra deixam clara a posição específica dos Autênticos que se situariam entre o conservadorismo presente na Unidade Sindical e o revolucionarismo espelhado nas propostas das Oposições Sindicais.

A posição de setores do sindicalismo Autêntico frente a setores das Oposições Sindicais era, portanto, muito semelhante àquela esposada pelo PCB. Os Autênticos, contudo, debatiam e lograram conseguir a hegemonia sobre aquelas propostas menos inclusivas das Oposições Sindicais. Enquanto isso, os militantes do PCB, em sua crítica, acabavam por integrar tudo no mesmo bloco e se afastar para um outro campo, no qual avaliavam estar com a maioria do movimento dos trabalhadores. Daí julgarem que qualquer grupo que dele se afastasse estaria provocando a divisão. A lógica era sempre a de que divisionistas eram os outros.

Pode-se perceber que no interior do bloco que se conforma, unindo Autênticos e Oposições Sindicais, vai ocorrendo um embate no sentido da disputa pela feição que esta articulação teria. O que prevalece é uma postura ligada à concepção advogada pelos Autênticos e por setores das Oposições que defendiam uma atuação combativa por dentro da estrutura sindical buscando sua transformação, tendo por base sua democratização.

Nesse processo, as composições assumem novas formas e conteúdos. Se este período pode ser visto como de conformação das articulações, no qual elas se redefinem apresentando ainda pontos de possível contato, será nos preparativos e na realização da primeira Conclat que a cristalização do movimento sindical em dois blocos distintos encontrará um importante marco.

Os comunistas vão se dedicar bastante ao trabalho de organização e realização da Conclat. Já em uma de suas edições de fevereiro 1981, o jornal *Voz da Unidade* assinala que a “preparação da Conclat deve promover participação

das bases”. Segundo os comunistas, “não se pode pretender uma Conclat de cúpula, sem ativa participação das bases”.

A *Voz da Unidade* (edição de 5-12 jun. 1981) traz uma proposta dos comunistas de São Paulo para a atuação do PCB junto à Conclat, informando-nos dos pontos defendidos pelo PCB. Segundo eles, a orientação dos militantes do PCB deveria ser dada por dois documentos: a Resolução Sindical do Comitê Central e a Resolução Sindical emitida pelos dirigentes comunistas de São Paulo. Neles estariam as propostas comunistas acerca das questões:

do “imposto sindical (defendemos a gestão democrática desses recursos), pluralismo sindical (somos contra), liberdade e autonomia sindical (somos a favor, claro), CUT (também queremos) etc.”. Não consta daquelas resoluções: a proposta de greve geral no dia 1º de outubro, formulada pelo Lula no 1º de maio, em São Bernardo. Os comunistas de São Paulo são contra. “Os trabalhadores não possuem condições de organização e mobilização para deflagrar uma greve deste tipo, e saber como ela terminará.” Além disso, a ação sindical da classe operária deve levar em conta o conjunto da situação nacional. O documento dos comunistas de São Paulo recusa-se a aceitar a transformação da Conclat em instrumento para ficar discutindo a proposta de greve geral, desviando o Congresso de seus objetivos. Greve geral em 1º de outubro é mera especulação, manobra diversionista de propósitos mais partidários que sindicais.

Na proposta dos comunistas de São Paulo, além da posição assumida pelos mesmos em termos da estruturação e propostas para o movimento sindical, fica patente a divergência quanto às propostas do outro setor. A colocação de que certas práticas atendiam mais às proposições partidárias que sindicais, reforçava o mote sempre usado contra o PT acerca de seus vínculos com o movimento dos trabalhadores.

Às vésperas da Conclat, a *Voz da Unidade* publica uma matéria de página central, em que assinala que a “Conclat deve unir e mobilizar trabalhadores contra o regime”. No seu interior, encontramos uma série de artigos de conhecidos militantes comunistas. Como uma introdução aos textos assinala-se que “o momento exige a máxima clareza do movimento sindical sobre a situação política em que se realiza a Conclat”. Com isso, o texto quer chamar a atenção para o fato de que o país passaria por um processo de democratização, avaliando que os trabalhadores deveriam formular uma alternativa econômica, social e política ao modelo estabelecido pelo regime. Neste sentido, a unidade deveria ser o pilar central da articulação. Por isso, “a pluralidade sindical e a quebra da unidade sindical são inaceitáveis. Nas relações entre capital e trabalho, quanto mais a luta se expande mais os trabalhadores tendem à *unidade*”.

Outro dado interessante na posição do partido é que, na sua visão, apesar da importância de tal entidade, não haveria condições políticas e nem sindicais da criação imediata da Central Única dos Trabalhadores. No texto temos um dado bastante relevante para o futuro do movimento sindical brasileiro. Observando que não haveria condições para a criação da CUT naquele momento, o PCB propõe uma nova Conclat para 1983. Esta seria uma das grandes polêmicas que se seguiu à primeira Conclat.

O que ocorre é que o PCB vai jogar forças na importância das eleições em 1982. O PT também. Porém, devido à própria visão geral, ambos esposarão posturas diferentes. Para o PCB, realizar uma nova Conclat em 1982 seria um ato de divisão de forças. Tendo como prioridade o processo de redemocratização, o PCB fará tudo para que as forças democráticas se dediquem àquele objetivo. Este será o motivo de um grande debate que se travará entre o bloco da Unidade Sindical e o bloco combativo.

De forma geral, o quadro de posições do PCB disposto nos textos, acerca do outro setor que disputava a hegemonia do movimento sindical, seria: ele era visto enquanto divisionista, discriminador (dos bons e maus sindicalistas) e defensor do pluralismo sindical que levaria o movimento dos trabalhadores à fragmentação e à derrota. Ainda mais, tenta-se indicar certo viés de social-democracia e reformismo pequeno-burguês na proposta dos concorrentes. De alguma maneira, ele devolvia as críticas de que o PCB era reformista e conciliador endereçadas pelo setor combativo. O bloco combativo, dependendo das circunstâncias, era considerado pelos comunistas ora esquerdista e inconseqüente, ora reformista e socialdemocrata; atuaria no sentido partidarizado, trabalhando de forma sectária no interior das entidades que dirigia e mesmo quando implementava o trabalho de organização nas empresas, resultava no enfraquecimento do movimento como um todo devido a sua orientação geral. Os comunistas se contrapunham também à proposta de greve geral, aquela que seria, a seu ver, uma das principais e mais problemáticas propostas dos combativos.

Defendendo sempre a articulação do movimento sindical com outros setores da luta democrática, os comunistas não apoiariam uma aventura que poderia levar ao retrocesso. Ainda mais com uma justificativa concreta, que lhes ofertava a conjuntura, como aquela fornecida pelas bombas no Riocentro e a perspectiva de que os setores militares mais duros pudessem utilizar qualquer motivo para um novo fechamento no regime.

Cautelosos, os comunistas indicavam que defendiam os interesses dos trabalhadores; mas, como sempre haviam feito, atrelavam estes interesses a planos maiores em termos da política mais geral. Não é por acaso, portanto, que nos pronunciamentos e artigos dos comunistas sempre se está levando em conta o dado geral mais amplo e buscando vincular o movimento dos tra-

balhadores a este quadro. Se isto garantia uma óbvia visão mais inclusiva da correlação de forças, produzia também uma sensação de constante fraqueza dos movimentos e de sua incapacidade de avanço, naquele momento, tendo em vista as limitações políticas existentes.

Para o bloco identificado com o PT, a participação parlamentar devia ser submetida à lógica dos movimentos que viriam em primeiro plano, como bem mostra o manifesto de criação do partido e os primeiros momentos de sua existência²⁴. Não é que o PT não estivesse se importando com o quadro da redemocratização. O dado é que, diferentemente do PCB, o PT, por sua origem e trajetória, apostava e investia em um outro caminho que não aquele definido como o correto pelo PCB. O PT respondia à visão do PCB com a centralidade da luta e da organização dos trabalhadores, com um ceticismo acerca das alianças com setores burgueses da sociedade e acerca das vias institucionais de representação política, e com a lógica do combate que superava e submetia a lógica da negociação. O PT e os setores a ele vinculados vão investir naquilo que o PCB considerava e repudiava como a lógica do confronto²⁵. Para o PCB, esta estaria condenada ao fracasso, levando os trabalhadores, bem como a própria sociedade, à derrota na luta pela redemocratização.

Na Conclat estas concepções para o movimento se colocariam frente a frente. Os preparativos para a Conclat foram feitos a partir dos Enclats (Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora) estaduais. Eles foram realizados em 17 estados. Nestes, já se podia perceber o grau de divergência e polarização que se estabeleceria na Conclat. Exemplos disso foram os Enclats do Rio de Janeiro e de São Paulo, encontros dominados pela Unidade Sindical e Autênticos, respectivamente.

Este acirramento precipitou uma reunião de lideranças que definiu um plano mínimo, a partir dos pontos de consenso, a ser debatido ao longo dos três dias da Conclat. Os seis pontos definidos nesta reunião, e que balizaram o documento dela resultante, acabaram servindo como eixo do temário da plenária nacional.

A Conclat se deu entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo. Reuniu 5.247 delegados representando 1.126 entidades sindicais. Segundo a avaliação de Menezes e Sarti²⁶, pode-se perceber uma gama variada de tendências presentes à plenária. Ainda que, em grande medida, estas se identificassem no momento das votações em dois grandes blocos, a grande parte dos participantes ia decidindo suas posições ao longo dos debates e das votações.

No decorrer da plenária alguns pontos foram de rápido debate, chegando-se mesmo a um consenso, como no caso das mudanças no sistema previdenciário brasileiro. Porém, em outros, aqueles mais diretamente relaciona-

dos às posições divergentes das tendências (criação da CUT, imposto sindical e greve geral, por exemplo), a solução dependeu de acertos²⁷.

Um dos pontos que galvanizou a plenária foi o debate e a votação dos integrantes da Comissão Nacional Pró-CUT. Segundo Menezes e Sarti²⁸, isto acabou por deixar claro o estágio pelo qual passava o movimento sindical e que poderia se caracterizar como aquele no qual as bases continuavam distanciadas dos centros de decisão. Os dirigentes não questionavam sua representatividade, persistia o atrelamento ao Estado e quando se visava este desatrelamento se caminhava por questões mais político-partidárias em detrimento daquelas mais voltadas para os interesses operários. A disputa pela direção da intersindical denuncia isso, à medida que se gastaram

horas e esforços dedicados à discussão de *quem* ocuparia os postos de uma comissão para o anteprojeto de uma intersindical, enquanto, para citar um exemplo apenas, os itens referentes à representatividade sindical no local de trabalho (delegado, comissões de empresas) não suscitaram sequer o debate.²⁹

O debate acerca da formação da chapa que ocuparia a direção da Comissão Nacional Pró-CUT foi o reflexo das intensas divergências, políticas ao menos, entre os blocos atuantes no movimento sindical. A complicação nas articulações se deu quando os membros da Unidade Sindical afirmaram que só aceitariam uma chapa unitária se tivessem maioria na mesma. Em um processo tumultuado, cheio de idas e vindas, necessitando de acertos por partes das tendências, acabou-se por apresentar uma chapa única que seria responsável pela direção do movimento sindical brasileiro até a próxima Conclat, inicialmente definida para 1982.

Apesar de ter como uma de suas propostas a unidade, a Conclat sinalizava com a explosão das vias de contato entre as forças envolvidas e um aumento gradativo da separação entre as mesmas, que em breve resultaria na ruptura definitiva. A visão das divergências que se estabeleceriam na Conclat já estava inserida nas preocupações dos grupos ao longo do processo. O jornal *Voz da Unidade* (edição de 21-27 ago. 1981), lançado na semana do conclave, trazia na primeira página um minieditorial no qual, sob o título de “Conclat – vitória dos trabalhadores”, o PCB assinala que:

Tratando-se de uma primeira reunião nacional após a longa noite ditatorial, num encontro de forças e correntes diversas, é natural que existam conflitos de opiniões e divergências, no modo de encarar a saída para os problemas que angustiam o povo brasileiro. Isso, contudo, não diminui em nada a importância histórica da Conclat. Exige dos sindicalistas mais conseqüentes um esforço unitário redobrado.

As preocupações expostas neste editorial eram e são válidas. Porém, no embate entre as forças dentro do Conclat, pelo menos quando se tratou de disputar os cargos, o PCB trabalhou no sentido de defender a unidade, mas apenas na medida em que a Unidade Sindical pudesse ter a maioria na direção. O esforço dos sindicalistas mais conseqüentes foi mais no sentido de garantir a maioria que de seguir na luta pela unidade que contemplasse as forças em disputa. Claro que na lógica da disputa a visão mais instrumental tentou prevalecer, ao contrário do discurso pastoral do editorial acima.

Todos rumo à CUT?

No campo concreto das lutas sindicais, o desenvolvimento da articulação incorporada na Comissão Pró-CUT, eleita na I Conclat, tentou dar cabo das demandas que lhe haviam sido propostas, empreendendo jornadas de luta contra o desemprego, a carestia e o pacote previdenciário; e pela reforma agrária, direito à moradia, liberdade e autonomia sindicais e pelas liberdades democráticas.

Os desdobramentos da Conclat demonstram a dificuldade de convivência entre as forças, em um espírito de unidade. A chegada de 1982 punha questões importantes para a Comissão Pró-CUT. A decisão entre realizar uma nova Conclat nos prazos definidos anteriormente ou adiá-la, tendo em vista outros elementos da política mais geral, vai colocar de novo frente a frente os dois blocos que disputavam a hegemonia no movimento sindical. A *Voz da Unidade* (edição de 13 jun. 1982) anuncia a mobilização da Comissão contra o pacote de mudanças previdenciárias do governo. No mesmo texto, ainda que informando das ações unitárias contra o “pacotão”, o jornal assinala que na reunião da Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT, em 10 de maio de 1982, ficou clara a preocupação de parte de seus membros se a próxima Conclat deveria ou não se realizar em agosto daquele ano. Segundo o jornal, a Executiva “teve a sensibilidade de promover esta discussão nas bases”.

O relato de Ivan Pinheiro, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e membro do PCB, assinala que as atividades não seriam paralisadas pelas discussões e que os preparativos prosseguiriam para o congresso em agosto. Pinheiro indica sua preocupação com o ocorrido nas comemorações do 1º de maio, no Rio de Janeiro que teria sido muito partidarizado³⁰, diferente de outros centros, onde teria imperado o espírito unitário.

A preocupação de Pinheiro com a partidarização no interior do movimento será outra tônica nas argumentações do PCB neste período. O partido vai assinalar sempre que possível a prática da partidarização como um dos problemas básicos do sindicalismo nacional da conjuntura. É neste quadro

que podemos analisar o documento do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, “Unidade política é fundamental para um sindicalismo de classe”. Este documento, lançado na *Voz da Unidade* (edição de 8 jan. 1982), indica e examina os novos fenômenos existentes no âmbito do movimento operário e sindical brasileiro e que interfeririam objetiva e subjetivamente na unidade do movimento dos trabalhadores. Neste sentido, o documento chama a atenção para o advento de um novo tipo de movimento sindical, oriundo das transformações do capitalismo brasileiro, que seria mais exigente e disporia de melhores condições de luta, em “conseqüência surge também um novo tipo de liderança sindical, mais politizada e mais independente do Estado (inclusive porque dispondo de sindicatos mais fortes) do que a liderança tradicional”.

A idéia central do documento é indicar a importância e a possibilidade da unidade na ação no seio do movimento dos trabalhadores. O texto assinala as pressões ideológicas e políticas que vinham sendo impostas ao movimento sindical³¹. Ainda assim, os comunistas afirmam que isto não pode e não deve excluir a possibilidade da união de esforços no interior do movimento.

O endereço certo das colocações anteriores eram os sindicalistas ligados ao PT. O PCB parte de uma análise clara e correta do que se passava no interior do movimento operário e sindical, com suas transformações e dinâmicas, mas acabava por prosseguir na proposição de um tipo de atuação que pouco se adequará à realidade, trazendo ao partido inúmeros reveses junto aos trabalhadores.

Um ponto importante é que neste documento temos a tentativa de uma clarificação do que seriam as divergências sobre as quais o PCB tentaria formular sua perspectiva de unidade na ação. Na indicação do que seriam estas divergências, o partido, que tanto criticava o setor oponente de partidariização, pouco vai indicar quais seriam as diferenças sindicais no interior do debate. Os pontos citados, com raras exceções, vão se relacionar muito mais com a visão política dos partidos envolvidos na disputa pela hegemonia do movimento sindical do que com uma diferenciação de fundo acerca de políticas sindicais.

A visão do PCB de que as divisões políticas que se travavam não só no movimento dos trabalhadores mas no movimento democrático em geral se estampará no fato de que o partido via a aproximação das eleições de 1982 como uma possibilidade de intensificar e refletir a divisão política no âmbito do movimento sindical e, por conseguinte, nas hostes democráticas.

Como já indicamos, havia certa tendência do PCB em adiar a realização do II Conclat, tendo em vista a realização das eleições no mesmo ano. As indicações feitas anteriormente por Pinheiro, vão assumindo um caráter freqüente, como pudemos verificar no jornal *Voz da Unidade*. Mas, apesar das

divergências, a Comissão Nacional Pró-CUT em reunião em 5 de julho de 1982 confirmou as datas de 27, 28 e 29 de agosto daquele ano, como havia sido definido no encontro anterior, para a realização do novo conclave.

Contudo, a proposta de adiamento da Conclat acaba por ser vitoriosa em nova reunião da Comissão Nacional Pró-CUT. Assim, os comunistas viam sua proposta, mais uma vez, dar o tom dos passos dos movimentos dos trabalhadores. Mascarando-a com justificativas técnicas, o PCB escondia a verdadeira partidização que promovia neste aspecto.

Com a Conclat adiada, não se viu o que o partido esperava. Na verdade, se o argumento era de que a Conclat poderia dividir os trabalhadores partidariamente, pode-se dizer que os mesmos, pelo menos aqueles mais diretamente envolvidos nas disputas, já se encontravam em alinhamentos diferenciados no espectro político partidário. E o que se viu, com ou sem Conclat, foi a tentativa dos militantes de buscar votos para seus respectivos partidos. Os militantes do PCB, ainda ilegal, trabalharam pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Os do PT, agindo legalmente, atraíram votos para o seu partido.

Na verdade, o que informava a visão pecebista era a idéia de que a maioria dos trabalhadores e líderes sindicais estava fora das articulações e de partidos; daí poderem se dividir no caso da eleição. O partido parecia tentar evitar que o acirramento das posições atingisse aqueles setores. Com isso, o PCB tentava competir mais folgadoamente, concorrendo pela atração dos não-alinhados. De todo modo, esta postura sinalizava com a idéia do PCB de defesa do PMDB, como o catalisador fundamental do movimento democrático.

Mesmo não sendo do escopo deste trabalho, uma análise do rendimento eleitoral daqueles partidos pode indicar que, no caso do PT, o resultado não chegou a ser de todo positivo. Obviamente que isto deve ser relativizado pela conquista, já em sua primeira participação no sistema eleitoral, de assentos no Congresso Nacional e da prefeitura de Diadema. Ainda assim, o resultado esteve muito aquém do esperado pelos militantes e pelo partido³².

O baixo rendimento do PT serviu também para que alguns setores indicassem que aquele projeto estava morto. Segundo Gadotti e Pereira, “diante de tal quadro, desanimador (...) quanto ao futuro do partido, era comum ouvir após o pleito de 1982, a seguinte constatação: ‘O PT morreu antes mesmo de ter nascido’”³³.

Deve-se dizer que, embora não se resumindo aos comunistas, este tipo de visão era fomentada dentro do PCB. Muitos comunistas compartilhavam a visão de que o projeto petista estava fadado ao fracasso, nos termos em que era colocado pelo partido. A análise, à época, era a de que o PT poderia caminhar, no máximo, para o gueto de um partido minoritário de ultra-esquerda,

sem condições de se estabelecer enquanto representante qualificado dos trabalhadores; ou ainda, esta uma possibilidade mais distante, de o PT se tornar um partido socialdemocrata, também ausente das possibilidades representativas para os trabalhadores.

É este tipo de pensar, reforçado por sua visão e orientação geral, que fazem com que o PCB se integre na linha de frente na defesa do voto útil. A tese indicava que alguns candidatos tinham mais condições que outros de ser eleitos e que não se deveria, portanto, desperdiçar votos (ou ainda dispersar) naqueles que pouco poderiam obter. O que se encontrava por trás desta visão era a posição do “todos unidos contra a ditadura”. Evitaria-se, assim, a dispersão e divisão dos votos, o que, caso ocorresse, segundo a tese, garantiria a manutenção e a durabilidade do regime autoritário. O PT passou a ser uma vítima importante deste tipo de argumentação. Assim, como já lhe haviam sido atribuídos um número amplo de acusações, variáveis do chamado divisionismo, neste período eleitoral, o chamamento ao voto útil era quase que conclamar ao PT e seus militantes que abrissem mão das teses e propostas que, inclusive, haviam feito com que seus fundadores se distanciassem do MDB (Movimento Democrático Brasileiro)/PMDB e das esquerdas nele ancoradas.

O PT não só não se convenceu da validade do argumento do voto útil, como também o combateu, como já fizera com os argumentos anteriores que buscavam uma identificação “na marra” das oposições com o PMDB para vencer a ditadura.

Passadas as eleições, o foco da esquerda sindical recaiu novamente para a sua esfera específica. A definição do afastamento dos dois blocos existentes vai tomando contornos cada vez mais nítidos. As contradições entre os setores da Unidade Sindical e da Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares) pareciam chegar ao limite possível da convivência.

Um ponto central desta divergência, e o que na verdade fez com que o processo de separação se deflagrasse, foi a discussão sobre os termos dos estatutos para a participação no Conclat vindouro, então adiado para agosto de 1983. A Unidade Sindical, coerente com sua orientação e inserção, e buscando garantir seu controle, enfatizava a perspectiva da participação de delegados egressos das entidades sindicais; já a Anampos, intentando ampliar seus espaços de atuação e enfraquecer a Unidade Sindical, reforçava a perspectiva da ampliação destes critérios visando incorporar delegados dos possíveis setores de oposição nos sindicatos.

A reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, de 7 de agosto de 1983, deliberou a possibilidade de delegados serem eleitos em reuniões paralelas às entidades sindicais. Os setores da Unidade Sindical reagiram contra tal deliberação. A Contag lançou uma nota criticando a postura da Comissão,

argumentando que a mesma teria aberto “brechas para o credenciamento de delegados por fora das entidades sindicais”, advertindo para o perigo da “manipulação do Congresso por determinados setores do movimento sindical para impor um tipo de Central Única cuja concepção não podemos aceitar”.

A Contag, outras confederações, federações e sindicatos tornaram pública sua posição de que não participariam de um congresso que privilegiasse as Oposições Sindicais, em detrimento das entidades sindicais. Tal postura fez com que o congresso ainda fosse adiado pelo menos duas vezes.

Mas o processo de separação já ia adiantado. Uma reunião, em São Paulo, em 11 de agosto de 1983, contando com mais de 60 sindicatos, 14 federações e 5 confederações, buscou dar conta dos problemas referentes aos encaminhamentos do Conclat. Nada ficou acertado. Segundo a *Voz da Unidade* (edição de 18 ago. 1983), o grupo da Anampos retirou-se da reunião e o grupo de Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, “também ‘apostou na divisão’, com declarações do gênero ‘vamos deixá-los de lado e realizar o nosso Conclat’”. O jornal insistia em que, ao fim e ao cabo, prevaleceu a unidade e o bom senso ao se articular uma nova reunião que discutisse a Conclat. Ainda que o partido acreditasse no contrário, o destino funesto da unidade já estava selado.

Os setores vinculados à Anampos decidem realizar a Conclat na data prevista, ou seja, 26, 27 e 28 de agosto de 1983. Este Congresso se realizaria em São Bernardo do Campo, São Paulo. Na visão dos comunistas, este ato significou que a “Anampos [estava] decidida a realizar seu congresso, sem reconhecer, desconhecendo qualquer instância de decisão do movimento sindical brasileiro”. A posição oficial do PCB sobre a Conclat de São Bernardo foi publicada na *Voz* de 18 de agosto de 1983. Na seção “Opinião Nacional”, o jornal explicita “por que os comunistas não apóiam o Conclat da Anampos”. Como justificativa central, os comunistas assinalam que “não participarão de um ‘Conclat’ marcado pelo paralelismo sindical e pelo exclusivismo de qualquer orientação particular, como o que pretendem correntes aglutinadas em torno da Anampos”.

Um dado de relevo na parte final da justificativa dos comunistas é a indicação da não aceitação de um “exclusivismo de qualquer orientação particular”. Por defenderem a democracia no interior do movimento, os comunistas deveriam combater o que eles considerassem exclusivismo em termos de orientação das linhas políticas do movimento sindical. Mas o que fica saliente nesta colocação é que, aparentemente, os comunistas temiam ser hegemonzados pelos setores vinculados ao PT. Poderíamos nos perguntar se não seria exclusivismo, também, seguir defendendo uma posição que, pelo menos a médio e curto prazos, garantia a sobrevivência do peleguismo no interior do mo-

vimento sindical. Da mesma forma, indagar se o mesmo valia para o momento no qual a linha de orientação do PCB fosse hegemônica, como já ocorrera.

No caso particular da divisão do movimento sindical do período, o PCB, levando em conta sua linha política mais geral, a concorrência com o PT e a aposta no fracasso de seu oponente, optou pela permanência na aliança com os setores mais conservadores do movimento e insistiu em uma unidade entre os setores, então já pouco provável.

Diante da efetivação da ruptura, convocada pela Anamos, os setores da Unidade Sindical resolvem chamar um outro congresso para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983, em Praia Grande, São Paulo.

O congresso realizado em São Bernardo funda a Central Única dos Trabalhadores (CUT)³⁴. Aquele de Praia Grande, seguindo a proposta do PCB, opta por não criar uma outra central sindical, o que configuraria a divisão. A proposta do PCB era a de lutar para que os setores voltassem a estar unidos novamente. Assim, criou-se a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que não contemplava os comunistas em sua executiva.

De todo modo, como havia feito quando do surgimento do PT, o PCB vai avaliar de forma pessimista os destinos da CUT. Neste particular, a análise de Ivan Pinheiro é paradigmática. Segundo ele, naquele período se achava “que a CUT ia ter pernas curtas”³⁵.

Assim, apesar das insistências unitárias do PCB, a divisão e a separação dos setores se dava de forma irreversível. Os dois setores buscaram justificativas diferenciadas para o desenrolar do processo de separação entre as forças. O PCB vai buscar a justificativa, além das questões sindicais, na extrema partidização, ao seu ver sempre promovida por seus oponentes. O setor ligado à CUT vai argumentar que não havia mais condições de convivência de dois projetos sindicais tão distintos. Nesta perspectiva, se reforça o fato de que os setores ligados à CUT teriam uma visão e uma prática sindical que não lhes permitiria aceitar a convivência pacífica e duradoura no interior da estrutura sindical corporativa, como o faziam e defendiam os setores vinculados à Conclat³⁶.

Zanetti³⁷ assinala que a tese da partidização rebaixava o alcance das disputas e das propostas em jogo. Mas se a partidização não garantia uma explicação completa, as supostas divergências de fundo em termos de políticas sindicais necessitavam de outros elementos que lhes dessem sustentação.

Podemos dizer que enquanto o PT trabalhava na lógica de enfrentamento direto com o regime a partir do centro sindical, os comunistas optaram pela lógica do combate indireto, institucionalizado e tendo como centro a frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional. Na ação comunista, o movimento operário e sindical deveria estar subordinado às ações da frente como um todo.

Os comunistas, ao sustentarem a tese da partidarização, não se incluíam neste processo. A partidarização existiu, sendo elemento qualificador das divergências sindicais e definidor da separação entre as forças. Porém, diferentemente do que diziam os comunistas, ela existiu dos dois lados. E podemos nos perguntar se ela não era uma realidade ao longo da história do movimento operário e sindical no Brasil. Embora defendessem, ao longo dos períodos analisados, a autonomia do movimento sindical, não nos parece correto dizer que os comunistas realmente respeitaram este ponto de vista.

Quanto às divergências de fundo entre os setores, parece que elas existiam mais entre os setores que fundaram a CUT e os setores conservadores, do que com os sindicalistas do Partidão. Devemos lembrar que, apesar das diferenças realmente existentes, muito do que defendiam os cutistas poderia ser integrado ao elenco de posições dos comunistas.

Na verdade, seguindo sua orientação geral, os militantes comunistas se identificaram cada vez mais com os setores conservadores, ainda que não compartilhassem integralmente de suas posições. Com o avanço do PT e da CUT e o acirramento da disputa, o sentimento contrário a estes cresce e, reforçado e sedimentado pelas orientações frentistas e cautelosas do PCB, vai integrar os militantes comunistas ao bloco dos conservadores.

A década de 1980 vai assistir o intenso fortalecimento da CUT³⁸. O projeto da central foi se consolidando e passa a hegemonizar o movimento sindical brasileiro. Contrariando as perspectivas comunistas, ela não se tornou, pura e simplesmente, o braço sindical do PT, o que, como diziam, limitaria seus passos e sua existência. Isto foi garantido não só pela participação de militantes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), como também pelas próprias posturas e dificuldades do PT. O partido defendeu, insistentemente, a autonomia do movimento sindical. Além disso, vale lembrar que, por abrigar diversos setores internamente, o PT teria dificuldades de impor diretivas unívocas ao movimento, utilizando-o como cadeia de transmissão. Dentro da própria CUT, os militantes do PT se dividiram em setores diferenciados, optando por disputar internamente projetos sindicais diferentes³⁹.

No campo do desenvolvimento estrutural e organizacional, a aposta da CUT em uma estratégia de enfrentamento e seu intenso trabalho por uma nova política sindical, associados, fizeram com que esta central, em curto espaço de tempo, tivesse um crescimento acelerado e consistente ao longo de todo o território nacional e em diferenciadas categorias profissionais.

Com o sindicalismo da CUT avançando rapidamente, no que acompanhava o próprio desenvolvimento do PT, os comunistas, ainda que continuassem com certo apelo à unidade, indicavam claramente que os caminhos

dos setores envolvidos no movimento sindical seriam diferentes. Assim é que eles se integram na criação da Central Geral dos Trabalhadores, fundada em março de 1986 e que a partir de 1988 passa a se chamar Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Embora buscassem a hegemonia no interior da intersindical, os comunistas não tiveram vida fácil dentro dela⁴⁰. O PCB vai perder os espaços na CGT para a aliança que produziria o chamado “sindicalismo de resultados”. Diante dos avanços daquele setor, o PCdoB se desliga da central. O PCB ainda vai prosseguir, sem sucesso, em sua quixotesca luta por uma CGT de caráter progressista.

Considerações finais

A virada entre os anos de 1970 e 1980 será um momento importante na história da esquerda sindical no Brasil. Para o PCB talvez tenha sido um das quadras mais difíceis de sua trajetória. Nem tanto pela ilegalidade a que ainda esteve submetido no período, mas, sobretudo, pelos descaminhos trazidos pela linha política assumida e suas reverberações no plano operário, que acabou servindo para momentos díspares, como a derrubada da ditadura, a transição democrática e a vida política já em plena democracia. Junte-se a isto um agravante, ímpar na vida do partido, que foi o surgimento de outro setor da esquerda que, ao buscar ocupar tanto o espaço institucional como o extra-institucional da política, colocava em xeque a soberania, pretensa ou real, dos comunistas.

O ressurgimento do movimento operário e sindical após as greves do ABC paulista, que deram publicidade a todo um processo que já se constituía havia muito tempo, trouxe à tona um segmento social importante e que reivindicava um espaço na arena política e sindical brasileira. Os setores fundadores do PT e da CUT vão, desde o início, deixar claro que a experiência passada do PCB deveria ser superada e que, dali por diante, os trabalhadores brasileiros poderiam contar com uma alternativa em termos de sua organização e representação.

O PCB encontrou enorme dificuldade de enfrentar o crescimento deste setor que apostava na política de combatividade e de enfrentamento, contrariamente aos comunistas, os quais atravessaram o período escorados em uma política cautelosa, que privilegiava a negociação e o não-enfrentamento. A lógica de ação dos comunistas seria justificada, sempre, em termos da transição democrática e da garantia da democracia contra o retrocesso político.

Este tipo de proposta fez com que os comunistas intensificassem sua associação aos pelegos e tentassem manter sob controle o avanço das pro-

postas do PT e da CUT, que o PCB conceituava como desestabilizadoras. Com sua ligação desenvolvida com os pelegos, apesar de sua participação em eventos e organizações importantes na história do período, o PCB vai vendo sua importância e influência junto ao movimento sindical serem diminuídas e dificultadas passo a passo. O espaço de hegemonia ocupado pelo PCB ao longo dos anos 1950 vai ser tomado e ocupado pelos setores agrupados no PT e na CUT. Ao trafegarem pela esquerda, preenchendo esse lugar, os setores identificados com o PT empurraram o PCB para o centro, espremido entre eles e os conservadores. Dada sua linha geral, o PCB não pôde se aliar com os setores identificados com o PT e caminhou mais e mais para a seara dos conservadores. Ao longo dos anos 1980, vemos a consolidação do projeto sindical da CUT e a consolidação do PT como o maior e mais representativo partido de esquerda do país, no parlamento e fora dele.

A perspectiva de aliança do PCB com os conservadores no meio sindical será seguidamente criticada e debatida no interior de sua militância. Porém, só em 1990 o partido conseguirá caminhar na direção de uma aproximação com os setores combativos e se integrar à CUT. Embora tenha tentado conser-tar a decisão, feita quase dez anos antes, de se manter distanciado dos setores mais combativos, parecia ser tarde demais. Dificilmente, o partido conseguiria recobrar a importância e a soberania que outrora tivera na representação dos interesses dos trabalhadores.

O PCB, por ter sido já hegemônico, lutou bravamente contra o PT para não perder sua hegemonia, afinal ele era o *partido da classe operária*. Porém, foi superado. Após vencerem a disputa pela hegemonia, o PT e a CUT (e suas diversas tendências) nos anos vindouros passariam a representar o que seria a esquerda sindical no país, papel que já havia sido ocupado no passado pelo PCB.

RESUMO

O presente artigo busca analisar as ações de duas militâncias políticas identificadas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) no interior do movimento sindical brasileiro entre os anos 1970 e 1980. A idéia é verificar de que forma esses agrupamentos de esquerda atuaram no sindicalismo nacional, travando uma disputa por sua hegemonia. Pode-se dizer que, em grande medida, o destino dos dois partidos no mundo da grande política daquela conjuntura se relacionava diretamente com seus avanços e retrocessos no mundo sindical. Indicaremos também que, em muito, a divisão entre os dois no sindicalismo tinha relação mais estreita com suas linhas políticas gerais e com sua disputa pela hegemonia do que propriamente com distinções sindicais de fundo.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalhadores; sindicalismo; PCB; PT.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the action of Partido Comunista Brasileiro (PCB – Brazilian Communist Party) and Partido dos Trabalhadores (PT – Workers Party) militancy within the Brazilian labour movement in the years 1970/1980. It was a period when Brazilian society was leaving the military dictatorship and heading to a democratic overture. We verify how those militant groups have established a fierce dispute over the hegemony of the trade unions movement. One can say that the position of those parties within the political system had strong relationship with their success and failures in the labour movement. As we shall see the division and criticism between them was related more to a general political views and their dispute over the movement's leadership than to proper union different propositions.

KEYWORDS

Workers; Trade Union Movement; Brazilian Communist Party (PCB); Workers Party (PT).

NOTAS

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS-UFRJ). Contato do autor: msantana@bridge.com.br.

² Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em SANTANA, Marco A. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio, 2001.

³ WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972; SANTANA, *op. cit.*

⁴ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1988, p. 13.

⁵ RAINHO, Luis F. *Os peões do Grande ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980; HUMPHREY, John. As raízes e os desafios do “Novo” Sindicalismo da indústria automobilística. *Estudos Cebrap*, n. 26, São Paulo, Cebrap, 1980.

⁶ HUMPHREY, *op. cit.*

⁷ NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT/SP (Ed.). *Lula: Entrevistas e discursos*. Guarulhos, O Repórter, 1981, p. 49.

⁸ CARONE, Edgard. *O PCB – 1964/1982*. V. 3. São Paulo: Difel, 1982, p. 371-378.

⁹ *Ibidem*, p. 376.

¹⁰ HUMPHREY, *op. cit.*, p. 27.

¹¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹² Agrupando militantes de esquerda egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja, este setor apresentava uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o “sindicato oficial”, como pregava José Ibrahim, até setores contrários a este tipo de articulação. Leôncio Martins Rodrigues, em “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” (*In* BOITO JR., *op. cit.*), assinala ainda a existência de outro bloco relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário. Por serem extremamente minoritários e de pequena influência no processo, optei aqui por não incluí-los.

¹³ ANTUNES, *op. cit.*

¹⁴ NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT/SP, *op. cit.*, p. 296.

¹⁵ RODRIGUES, *op. cit.*, e ZANETTI, Lorenzo. *O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

¹⁶ RODRIGUES, *op. cit.*

¹⁷ ZANETTI, *op. cit.*, p. 60.

¹⁸ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 20.

¹⁹ Mesmo derrotada, a OSM-SP tentou levar sua proposta adiante. O seu ENTOES, agendado para maio de 1980, foi marcado pelo esvaziamento. A própria OSM-SP acabou por se integrar à proposta do ENTOES.

²⁰ RODRIGUES, *op. cit.*, e ZANETTI, *op. cit.*

²¹ Para o artigo, outra característica do ENTOES seria sua prática sectária e estreita. Rosas de Lima indica que o mais grave erro dos setores identificados àquela articulação seria “a odiosa discriminação que fazem entre sindicatos e sindicalistas ‘bons’ e sindicatos e sindicalistas ‘maus’”.

²² Órgão de uma das tendências internas do PT.

²³ Dutra chama a atenção para o fato de que “não basta dizer: não estou na direção de um sindicato, por isso não sou de cúpula. Existem muitos cupulistas fora das direções sindicais”. Criticando certas visões presentes no ENTOES, Dutra argumenta que “quem nega o sindicato não pode estar no ENTOES, tem que se estar é contra as diretorias apelegadas e não o sindicato”. Com estas posições podemos verificar que, conforme assinalado por Armando Boito Jr. (*In O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1991), mais do que a derrota e a destruição da estrutura sindical corporativa, mesmo entre os setores combativos, a perspectiva era a de sua democratização.

²⁴ KECK, Margareth. *The Workers' Party and Democratization in Brazil*. Londres: Yale University Press, 1992.

²⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁶ MENEZES, Clarice Melamed e SARTI, Ingrid. *Conclat 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Campinas: Cartgraf, 1981. (Coleção Ildes 3)

²⁷ Segundo MENEZES e SARTI, *op. cit.*: “Sobre a CUT, todos concordaram que ela não tinha condições de se constituir nesta Conclat [Conferência Nacional das Classes

Trabalhadoras], mas deveria ser criada nos próximos dois anos. (...) Na Conclat seria eleita uma coordenação nacional com função dirigente até o congresso. A discussão opondo unicidade e pluralismo sindical (...) foi esvaziada pois ninguém propôs abertamente a tese pluralista. Quanto ao imposto sindical, (...) acabou aparecendo um documento sob a forma defendida pela Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura]: redução gradativa do imposto sindical com o movimento sindical elaborando formas alternativas para a manutenção que aos poucos elimine sua dependência do Estado. (...) O polêmico assunto da greve geral nacional convocada por Luiz Inácio da Silva para o dia 1º de outubro, acabou aparecendo no documento como uma das armas do movimento sindical, entre outras, sem fixação de data nem destaque especial” (p. 44).

²⁸ MENEZES e SARTI, *op. cit.*, p. 57.

²⁹ *Ibidem* (grifo do original).

³⁰ Segundo Pinheiro, “tinha mais faixas partidárias do que sindicais, dando a impressão de que estávamos numa convenção de um partido político e não num ato convocado pelos sindicatos. O nível de sectarismo era tão grande que chegou à agressão física entre [os] mais exaltados. Parecia mais um dia de luta interna entre grupos políticos do que um dia de luta contra o Governo e os patrões”.

³¹ Em um quadro no qual “começam a influir (...) no movimento sindical brasileiro, correntes afetas à socialdemocracia, especialmente a alemã. Sabe-se que a socialdemocracia, com seu projeto reformista, pode induzir a manipulações no movimento sindical, em interesses alheios aos trabalhadores”.

³² Segundo Meneguello, “a constituição do PT como inovação no quadro partidário refletiu-se nas urnas em 1982 como um fenômeno de alcance limitado. O teste eleitoral de 1982 mostrou que o apelo classista e a idéia de inovação política, tônicas do discurso petista, não tiveram o alcance esperado pelo partido” (MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 44). Ainda que acentuasse a participação institucional-parlamentar como um ponto secundário de sua ação, o resultado vai ter um efeito duro no partido. Segundo GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano, “após o recém-criado partido receber uma ‘ducha de água fria’ nas urnas, em 1982, o PT, (...) viveu uma crise gerada por uma frustração típica de um batismo de fogo momentâneo” (*Pra que PT*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 246).

³³ GADOTTI e PEREIRA, *op. cit.*, p. 248.

³⁴ RODRIGUES, *op. cit.*; GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião L. *CUT: ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991; e ZANETTI, *op. cit.*

³⁵ ACONTECEU: *Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84*. São Paulo: Cedi, 1986, p. 49.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ ZANETTI, *op. cit.*

³⁸ RODRIGUES, Iram. J. *Sindicalismo e política: a Trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.

³⁹ RODRIGUES, *op. cit.*, e GIANNOTTI e NETO, *op. cit.*

⁴⁰ ANTUNES, *op. cit.*, e RODRIGUES, *op. cit.*